

**A RELAÇÃO CENTRO-PERIFERIA E A  
MULTI(POLI)CENTRALIDADE DO ESPAÇO URBANO EM  
NATAL/RN**

**Elisabete Ferreira da Silveira Guilherme<sup>1</sup>**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

**Rita de Cássia da Conceição Gomes<sup>2</sup>**

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

---

## Resumo

Como citar:

GUILHERME, E.F. da S.; GOMES, R.de C. da C. Relação Centro-Periferia e a Multi(Poli)centralidade do espaço urbano em Natal/RN. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 6, ano 2022, p. 1-25.

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.2021.8262>

**Recebido em:** 2020-12-16

**Devolvido para correções:** 2021-02-28

**Aceito em:** 2021-06-07

**Publicado em:** 2022-11-02

Este artigo tem como objetivo fomentar o debate acerca da relação centro-periferia no contexto da multi(poli)centralidade da produção capitalista do espaço urbano, com foco em Natal (RN). Especificamente buscamos enunciar a noção de centro, centralidade e periferia, sob a perspectiva lefebvriana; apresentar a leitura de diversos autores sobre a relação centro-periferia na realidade latino-americana, atinente ao espaço brasileiro; e registrar as especificidades de Natal, especialmente nas duas primeiras décadas do século XXI, enquanto recorte espaço-temporal de nossa discussão. Para tanto, realizamos revisão bibliográfica e pesquisa *desk-research*, como subsídio às discussões e ideias aqui expostas, as quais, preliminarmente, nos levaram à compreensão de que a constituição de novas centralidades e, de fato, novas periferias, não esmaece a relação centro-periferia. Ao contrário e, não contraditoriamente, a reforça.

**Palavras-chave:** Centro; Periferia; Multi(poli)centralidade; Produção do espaço; Natal

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Geografia, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de concentração Dinâmica socioambiental e reestruturação do território; professora da rede estadual do RN e municipal de Natal.

E-mail: [btsilveira.geo@gmail.com](mailto:btsilveira.geo@gmail.com)

Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-5425-8395>

<sup>2</sup> Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Área de concentração e interesse de pesquisa ordenamento do território, desenvolvimento regional e local e políticas públicas.

E-mail: [ricassiacg@gmail.com](mailto:ricassiacg@gmail.com)

Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0409-8060>

## THE CENTER-PERIPHERAL RELATIONSHIP AND THE MULTI (POLI) CENTRALITY OF THE URBAN SPACE IN NATAL / RN

---

### Abstract

This article aims to foster the debate about the center-periphery relationship in the context of the multi (poly) centrality of capitalist production of urban space, with a focus on Natal (RN). Specifically, we seek to enunciate the notion of center, centrality and periphery, under the Lefebvrian perspective; to present the reading of several authors on the center-periphery relationship in the Latin American reality, related to the Brazilian space; and to register the specifics of Natal, especially in the first two decades of the 21st century, as a space-time cut of our discussion. To this end, we carried out a bibliographic review and desk-research research, as a subsidy to the discussions and ideas exposed here, which, preliminarily, led us to the understanding that the constitution of new centralities and, in fact, new peripheries, does not weaken the center relationship -periphery. On the contrary, and not contradictorily, it reinforces it.

**Keywords:** Center; Periphery; Multi(poly)centrality; Space production; Natal

## LA RELACIÓN CENTRO-PERIFÉRICO Y LA MULTI (POLI) CENTRALIDAD DEL ESPACIO URBANO EN NATAL / RN

---

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo fomentar el debate sobre la relación centro-periferia en el contexto de la multi (poli) centralidad de la producción capitalista del espacio urbano, con un enfoque en Natal (RN). En concreto, buscamos enunciar la noción de centro, centralidad y periferia, bajo la perspectiva lefebvriana; presentar la lectura de varios autores sobre la relación centro-periferia en la realidad latinoamericana, relacionada con el espacio brasileño; y registrar los detalles de Natal, especialmente en las dos primeras décadas del siglo XXI, como un corte espacio-temporal de nuestra discusión. Para ello, realizamos una revisión bibliográfica y una investigación documental, como subvención a las discusiones e ideas aquí expuestas, que, de manera preliminar, nos llevaron a entender que la constitución de nuevas centralidades y, de hecho, nuevas periferias, no desvanece el centro-periferia. Al contrario, y no contradictoriamente, lo refuerza.

**Palabras clave:** Centrar; Periferia; Multi (poli) centralidad; Producción espacial; Natal

## Introdução

Nas cidades capitalistas do século XXI, sob a orientação neoliberal e estonteante globalização, os processos e formas que ocorrem concomitantemente, tanto nos centros (considerando a relação centro-centralidades) quanto nas periferias (nesta, a relação centro-periferias), apresentam conteúdos novos que aprofundam, quantitativa e qualitativamente, os debates sobre o urbano, por vezes, reclamando novos conceitos ou noções, ou precisando redefinir os que já existem.

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que, não obstante, os processos sociais vigentes suscitam uma reestruturação do/no espaço, mantém, enquanto essência, a permanência da produção de um espaço capitalista. De modo que a acumulação de riqueza e as dicotomias e contradições para fins dessa acumulação, diríamos ainda, dependente delas para sua reprodução, não se esmaecem, ao contrário, se aprofundam naquilo que Lefebvre (2013) concebe como inerente à dialética do urbano, às homogeneidades e heterogeneidades, conjunções e disjunções, agregações e desagregações, unidade e fragmentação presentes no espaço.

Duas questões, dentre tantas, nos instigam à reflexão quanto à pertinência ou não da relação “centro-periferia” no contexto da multi(poli)centralidade em que ora se apresenta no espaço urbano: a) é possível pensar em centralidades sem a relação com as periferias, ou seja, as periferias foram superadas pelas centralidades? b) Onde vão os pobres que historicamente nunca tiveram condições de reproduzir sua vida social nos lugares centrais de acúmulo de riqueza das cidades?

O debate que propomos é uma primeira aproximação e exposição das inferências que traçamos a partir da noção de centro, centralidade e periferia, embasadas no pensamento lefebvriano. É importante dizer que a nossa referência se pauta no fato de que, embora estes temas não tenham constituído matéria central nas discussões realizadas por Lefebvre, figuram em seu cerne quando discute a produção do espaço social, a urbanização das cidades e o direito à cidade em meio a urbanização generalizada. Nosso esforço constitui em fazer essa leitura à luz da realidade latino-americana, em especial, atinentes ao espaço brasileiro, tomando como recorte espacial Natal, capital do Rio Grande do Norte, especialmente, nessas duas primeiras décadas do século XXI.

Para tanto, recorreremos à revisão bibliográfica e pesquisa *desk-research*, como subsídio à concatenação das discussões e ideias expostas, no intuito de promovermos um diálogo, não necessariamente de afinidades, mas de pontos em comuns e contrapontos entre autores que tratam da produção do espaço capitalista de um modo geral ou específico. Dentre os quais citamos, preponderantemente, Lefebvre (2006, 2008, 2013), para a construção do pensamento acerca de centro, periferias e centralidades; Bonduki e Rolnik (1982); Corrêa (1986, 1989), para o conceitual de periferia; Sposito (2012); Nery, Souza e Adorno (2019), no incremento à discussão da dicotomia centro-periferia na multi(poli)centralidade do espaço; Araújo e Cândido (2015); Barbosa, Gonçalves e Santana (2019); Costa (2000), Clementino (1990); Gomes (2009); Guilherme (2018); González e Meléndez (2016); Araújo (2014); Shimbo (2010), na perspectiva da espacialidade natalense e relação com outras localidades.

O artigo está estruturado em 4 partes. Na primeira buscamos localizar o leitor na janela conceitual em que nos debruçamos; na segunda, apresentamos a materialidade construída no espaço-tempo brasileiro; na terceira, trazemos Natal, enquanto recorte espacial; e, na quarta, concatenamos as primeiras respostas/ideias que elaboramos nesta reflexão, sob as quais sugerimos que a constituição de novas centralidades e, de fato, novas periferias, não esmaece a relação centro-periferia. Ao contrário e, não contraditoriamente, a reforça.

### **A janela conceitual**

Para Lefebvre (2013), o espaço, produzido que é pelas relações sociais de produção, não se configura apenas “num espaço social”, mas em vários espaços sociais, segundo uma multiplicidade ilimitada, sendo o resultado de superestruturas sociais, configurando-se como produto que se utiliza, que se consome e também meio de produção, tendo uma existência prática marcada pelas relações de forças que se enfrentam na história em geral. Em sua obra, *A revolução urbana* (2008, p. 24), já discutia que “[...] O espaço e a política do espaço ‘exprimem’ as relações sociais, mas reagem sobre elas”, conquanto uma realidade urbana que se afirma e se confirma como dominante, só é possível através da problemática urbana.

A problemática urbana perpassa pela vida urbana que “[...] pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no

confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 2006, p. 15). O mesmo autor lembra que a urbanização nasce como processo advindo da industrialização. Mas, a cidade, preexiste a ela, portanto, ao urbano. Nesse sentido, para Lefebvre (2006), não se constroem cidades, ou mesmo coisa que a suceda que destrua o que outrora foi a cidade, em seu primeiro plano. Assim, entre as malhas do tecido urbano persistem ilhas e ilhotas de ruralidade que não desaparece na relação urbanidade-ruralidade, ao contrário, se intensifica, mesmo nos países mais industrializados, interferindo com outras representações e com outras relações reais, vez ou outra, tornando as tensões em conflitos escondidos sob o tecido urbano.

A tensão e os conflitos implícitos no tecido urbano, impulsionam as transformações da cidade. A exemplo, Lefebvre (2006) cita a Paris haussmanneana que expulsou do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a ‘urbanidade’ ao substituir as ruas tortuosas, mas vivas, por longas avenidas; e bairros sórdidos, mas animados, por bairros aburguesados. Isso relegou os operários para os subúrbios e periferias. A sociedade passa, então, a se orientar ideológica e praticamente por outros problemas que não mais o da produção, mas da cotidianidade. A perda da consciência social (urbana) principia o processo de descentralização da cidade, inicialmente pela ‘suburbanização’, afirma o referido autor.

Conforme Lefebvre (2006), os subúrbios nascem junto com os loteamentos regulamentados, ‘pavilhões’ residenciais suburbanos ao redor da cidade (centro urbano). Sem deixar de ser urbanos, ainda que percam a consciência disso, acreditam-se mais próximos à natureza. São, pois, resultantes de uma “urbanização desurbanizante e desurbanizada”, denomina Lefebvre, que, num dado momento, arrasta a burguesia, esvaziando o centro, caracterizando-se como o subúrbio dos “conjuntistas”, projetado adjacente ao centro. Em seguida, a periferia, mais distante e longínqua, instalada na precariedade dos assentamentos informais.

Assim, podemos dizer, inicialmente, que os subúrbios, apesar de localizarem-se periféricos ao centro, diferia da periferia pela proximidade com o centro (em suas adjacências), legalidade de seus lotes e perfil socioeconômico dos seus ocupantes. Ainda que desprovidos de “urbanidade”, os subúrbios não eram precários em sua formalidade. No entanto, considerando sua localização geométrica em relação ao centro, os subúrbios

também se configuram como uma periferia. Mas, uma periferia suburbana, não pobre, o que nos remete a ideia de que a noção de periferia já nasce num contexto plural, advinda do crescimento e transformações porque passam as cidades.

Contudo, a despeito das transformações pelas quais as cidades passam, em que pese seu centro, subúrbios e periferias, Lefebvre (2006), compreende que os núcleos urbanos não desaparecem, ainda que ruídos pelo tecido invasor ou integrados na sua trama. Assinala ainda este autor que os centros, por exemplo, resistem ao se transformarem, continuam a ser centros de intensa vida urbana, favorecidos pelas suas qualidades estéticas, as quais os tornam lugar de consumo e consumo do lugar para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos.

Por outro lado, enquanto, na visão lefebvriana, o centro está ligado às formas materiais e a sua concentração num ponto geográfico, o mesmo não ocorre com a centralidade, que é vazia enquanto forma.

*La forma de la centralidade, vacia em tanto que forma, reclama un contenido, atrae y reúne objetos de todo tipo. Al convertirse en locus de la acción, de una serie de operaciones, la forma de la centralidad asume una realidad funcional. Alrededor del centro se organiza una estructura del espacio (mental y/o social), estructura siempre momentánea, que contribuye junto con la forma y la función a una práctica. (LEFEBVRE, 2013, p. 430. Grifo do autor)<sup>1</sup>.*

Lefebvre (2008) entende que as funções, as estruturas e as formas constituem o fenômeno urbano. Mas, são insuficientes para defini-lo. As funções podem ser repertoriadas (função política, administrativa, comercial etc) e tem caráter duplo: sendo exteriores à cidade, através das redes pelos centros urbanos, ou interiores (espaço intraurbano), sob as suas redes de produção e distribuição. Aqui, a característica do fenômeno urbano situa-se na articulação dessas duas funções para superar a simples enumeração e atentar para as organizações e as instituições, pois estas exercem o controle das funções. As estruturas são igualmente duplas, morfológicas e sociológicas. Já a forma, quer seja geométrica ou plástica, é a disposição espacial, quadriculada ou radiocêntrica, em que se apresenta. Isso implica dizer que a legibilidade (e a leitura) de uma cidade perpassa

---

<sup>1</sup> *A forma da centralidade, vazia enquanto forma, reivindica um conteúdo, atrai e reúne objetos de todo tipo. Ao tornar-se locus da ação, de uma série de operações, a forma da centralidade assume uma realidade funcional. Em torno do centro se organiza uma estrutura do espaço (mental e social), estrutura sempre momentánea, que contribui junto com a forma e a função a uma prática. (LEFEBVRE, 2013, p. 430. Tradução nossa).*

tanto pela disposição de suas redes de conexões, entre cidades e internamente a elas, quanto pela disposição de suas estruturas no espaço construído, evocando modelos.

A visão lefebvriana é algo que está presente no pensamento da professora Heliana Comin Vargas<sup>2</sup>, arquiteta urbanista e economista, que coordena o Laboratório de Comércio e Cidades (LABCOM), da FAU-USP. Na concepção da professora, “o centro tem uma referência física, clara” enquanto as centralidades “é um atributo da localidade”, “um conceito, não tem forma”. Reafirma Vargas, que a centralidade está ligada ao encontro, atividade, movimento, vitalidade, fluxos de pessoas, fluxos materiais e imateriais e por isso, em alguns momentos, traz congestionamento. E nesse sentido, ela provoca uma reflexão que, oportuna, abrimos um parêntese para apresenta-la em nosso artigo, na medida em que questiona as centralidades na flecha do tempo em que é alcançada pela situação de pandemia instalada pela COVID-19, vivenciada desde o final de 2019, qual seja, o fato de que a Covid-19 impôs mudanças planetárias de comportamentos e mobilidade social, o que poderá marcar um ponto de inflexão no conceito de centralidade, exigindo sua (re)definição pós-pandemia.

Entendendo que a periferia emerge sempre como a negação do centro, ou seja, um justificando a existência do outro, Lefebvre (2013), reconhece que a relação centralidade-periferia é, pois, altamente complexa, põe em jogo a lógica da dialética em sua dupla determinação, a da contradição e a da coerência. Explica este autor que a contradição centro-periferia deriva da contradição entre a globalidade e o parcelado, sendo este um movimento inerente da periferia. De modo que, em Lefebvre (2013), examinamos sua exposição de que o centro, compacto e denso, detém um poder que lhe é estabelecido pela globalidade, via centralidade, e isto encarece o preço do solo, impulsionando a fragmentação do espaço em lotes e parcelas e o convertendo em meio das segregações, da dispersão e dos elementos da sociedade rejeitados para as periferias.

Harvey (2013), ao analisar as dinâmicas espaciais do processo de urbanização, enfatiza as relações macroeconômicas e ratifica que centro e periferia são termos que

---

<sup>2</sup> Centralidades Urbanas | Heliana Comin Vargas e Guilherme Wisnik. (11ª live). Em Seminário virtual “A cidade Pós Pandemia”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZyziGB2wn9A>. Acesso em: 06 ago. 2020.

devem ser entendidos mais em sentido de oposição do que simplesmente de maneira unilateral. Explica este autor que:

[...] Os antagonismos entre a cidade e o campo, entre o centro e a periferia, entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não são impostos acidental ou exogenamente. Eles são o produto coerente de diversas forças interligadas operando dentro da unidade geral do processo de circulação do capital (HARVEY, 2013, p. 606).

Explica Harvey (2013) que as configurações espaciais são produzidas e transformadas mediante as várias mobilidades de diferentes tipos de capital e da força de trabalho. Entende, ainda, que as complementaridades e os antagonismos dentro da unidade dessas mobilidades produzem um panorama irregular, instável e repleto de tensões para a produção, a troca e o consumo. De maneira que os centros e as periferias são resultantes das forças de concentração em contraposição às da dispersão.

### **A materialidade construída no espaço-tempo brasileiro**

Iniciemos pela perspectiva na América Latina, cuja relação centro-periferia nasce a partir da urbanização tardia, dependente e de baixos salários, como analisa Ribeiro (2017), considerando de forma significativa os atributos da paisagem, vizinhança, aspectos socioeconômicos e simbólicos que as diferenciam em relação as demais áreas da cidade. Em geral, as periferias no cone-sul da América se associam as visões de violência urbana, estereótipos sociais, econômicos e espaciais depreciativos que corroboram para baixa renda diferencial da terra (BONDUKI; ROLNIK, 1982), nessas localidades.

Até os anos de 1950, quando se inicia o processo de industrialização brasileiro, os aglomerados urbanos eram entendidos como monocêntricos, de tal forma que o binômio centro-periferia era a única discussão que se impunha. Nas décadas seguintes a industrialização deste país, houve uma maior dinâmica dos processos sociais e suas expressões no espaço, consoante os avanços da urbanização sob os desafios da transição urbana e do pensamento urbano latino-americano. Isso, conforme Santos (1993), levou a urbanização brasileira a se desenvolver sob a expansão do meio técnico-científico, em meio a um processo concomitante de oligopolização de efeito do tamanho da urbanização na divisão interurbana e também na intraurbana do trabalho, fomentando no país uma crise urbana que se consolida por meio de metrópoles informais e não propriamente fabris.

Na perspectiva da crise urbana, Maricato (2015, p. 70), observa que nos países periféricos “[...] Os padrões do urbanismo modernista foram aplicados a uma parte das cidades, formando verdadeiras ‘ilhas de primeiro mundo’ cercadas de ocupações ilegais, promovidas pelas favelas, cortiços e loteamentos clandestinos”. Essa fragmentação “insular” do espaço brasileiro, também suscitou discussões sobre a incidência de novas centralidades, multcentralidades e policentralidades no meio urbano, que hoje tangenciam a proposição de que não há mais que se falar no binômio centro-periferia, mas, sim, em centralidades diversas através das funções que exercem na cidade. Isso, nos remete ao pensamento de que:

A relação entre centro e periferia é produzida pelo capitalismo não dialeticamente, mas estratégica e logicamente. O centro cumpre a função de organizar hierarquicamente a periferia. Então a construção da relação centro-periferia é resultado da racionalidade capitalista, ou se se quer, da modernidade e menos resultado de um processo histórico (SOTO, 2008, s/p).

A reflexão feita por Soto (2008), para além da observação se esse processo é histórico ou não, evoca o papel que o binômio centro-periferia tem na/para produção capitalista do espaço e ressalta a organização hierárquica em que a periferia se apresenta, o que, possivelmente, suscita na sua pluralidade, que não é recente. Essa pluralidade levou, na América Latina, periferia do capitalismo mundial, a uma generalização, ainda que equivocada, da “fusão” de subúrbio e periferia, fomentando a multiplicidade, nos mais variados aspectos, das periferias no contexto das cidades brasileiras, permeadas por elevadas desigualdades socioeconômicas que se refletem no direito e no uso do espaço urbano de forma fragmentada, segregada e socialmente excludente.

Ressalta-se que, no contexto latino-americano, as parcelas do território periurbano são historicamente ocupadas, em grande medida, pela população menos abastada da sociedade, configurando a periferia a uma associação intrínseca à pobreza, não obstante “ilhas” de prosperidade com equipamentos que remetem ao global e/ou segmento de status social elevado venham também a ocupá-las, eventualmente. Ocasão em que provoca a discussão sobre a requalificação desses espaços territorializados hierárquica e periféricamente.

Estratégica e logicamente também, a acumulação desigual no espaço vai incutir no movimento de extensão, declínio e ascensão dos centros, sob a formação de novas e

múltiplas centralidades, inclusive, em áreas periféricas, provocando reconfigurações que recaem nas discussões sobre sua requalificação, como já mencionamos. No entanto, sendo este um movimento intrínseco e tipicamente capitalista, como bem lembram Soto (2008) e Harvey (2013), pode ele favorecer ao “desmantelamento” da relação centro-periferia, por ele mesmo criado e tão caro à sua reprodução?

A pluralidade das periferias não é, de fato, algo novo. Talvez, novos sejam os conteúdos que agora as cotejam. Mas, deixou de ser o lugar para onde vai a população de menor renda na cidade, denotando, pela renda diferencial da terra, o lugar de alcance de sua condição socioeconômica? Será que também não há fragmentação na periferia? Uma vez havendo, deixaram, pois, de ser periferia(s) ante a sua fragmentação?

Corrêa (1986, 1989), cuja compreensão perpassa pelo pensamento de que não há que se falar em periferia, mas em periferias, em virtude de suas múltiplas configurações, concebe a periferia brasileira o papel de:

[...] *locus* de correntes migratórias da zona rural e de pequenas cidades, bem como de grupos provenientes de antigas periferias da cidade, agora valorizadas e que, por isso mesmo, eliminam parte de seus moradores. É, em parte, através desse processo que se expande o espaço urbano ao longo da periferia popular, sem amenidades (CORRÊA, 1989, p. 73).

Da leitura de Corrêa (1989, 1989), Bonduki e Rolnick (1982) dentre outros, é pertinente dizer que, nos países latino-americanos, usualmente, utilizamos o termo periferia para designar um espaço ou setor que, em alguma medida, não necessariamente geométrica, mas, sobretudo, social e/ou simbólica, está afastado ou nas imediações de algum centro, constituindo-se, em essência, local da reprodução socioespacial da força de trabalho da população de menor renda. Nesse sentido, remetendo-se a “urbanização sem urbanidade”, da leitura lefebvriana, Silva, Bentes Sobrinha e Ferreira (2015, p. 265), completam que, em geral, são espaços de “[...] baixo alcance das redes de infraestrutura, ausência de equipamentos coletivos e sociais”, o que consideramos que não impede que haja setores neste mesmo espaço que se destaquem como “pontos luminosos” ou “ilhas” de referência por apresentar alguma diferenciação espacial no que tange a aspectos de infraestrutura urbana ou econômico-social, como dispostos nas análises de uma mesma região quando observada por setores censitários do IBGE, por exemplo.

Entretanto, é preciso considerar que da relação centro-centralidades decorreram mudanças/alterações na morfologia urbana ante a emergência de novas centralidades e a

formação de outras periferias, ou diríamos, ainda, reconfiguração das mesmas. As periferias latino-americanas, não necessariamente se configuram mais como extremamente pobres, desorganizadas ou assentadas na ilegalidade da posse. Podemos notar que a incorporação imobiliária, com a habitação social de mercado (SHIMBO, 2010), ao chegar nos espaços periféricos, ainda que via pequenos construtores, acabou por incitar a reconfiguração de que falamos a partir de imóveis legalizados e oferta de produtos imobiliários que vai além da primordial necessidade de moradia, fetichizado-os sob uma leitura de aspectos aburguesados em condomínios clube fechados.

No contexto das discussões recentes, sobre a questão em tela, é observado uma emergência de publicações dos centros de estudos metropolitanos se propondo a “atualizar” a literatura considerada como clássica em sociologia urbana (1970-1980), a qual se dá sob a influência recente das reformas do Estado, da ampliação da atuação do Terceiro Setor, atrelada às ideias da “gestão da pobreza urbana”, declara Burgos (2011). Nesse viés, o pensamento corrente sugere que a heterogeneidade urbana, longe de criar dualidades ou polarização no tecido urbano, instiga a emergência de centralidades que se complementam, diferentemente da relação dicotômica centro-periferia, expressando-se por suas especificidades, consoante a função que exercem: comerciais, de serviços, residenciais etc.

Sposito (2012), entende que o movimento que redefine as centralidades da cidade não pode ser conceituado apenas como multicentralidade, no sentido de ser muitos centros, mas como policentralidade, atinente a diversidade desses centros. Verticalizando a discussão, a mesma autora, considera que uma tendência (multicentralidade) se combina à outra (policentralidade), apontando para uma “multi(poli)centralidade”, noção resgatada do pensamento lefebvriano, como fenômeno que sintetiza o que denomina de novas formas de produção do espaço urbano, as quais:

[...] não resultam apenas da acumulação desigual, no espaço, de múltiplas iniciativas e práticas que confluem para conformação, alteração, itinerância ou refundação da centralidade, como resultado do tempo social. Estamos falando de centralidades planejadas, resultantes principalmente da ação de incorporadores e proprietários de terras, como atos pensados muito antes que sejam vividos, como vetores que incidem sobre a cidade, gerando a separação (SPOSITO, 2012, p. 56).

Às ponderações de Sposito (2012), no que tange a ação dos incorporadores imobiliários, podemos associar as de Carlos (2015), ao discutir o “trágico” na condição

urbana da cidade. O trágico é evidenciado no aprofundamento dos processos de segregação socioespacial, seletividade espacial, autosegregação, desigualdades e centralização da riqueza social que concorrem para alienações vividas em todas as esferas da realização da vida, efetivando o espaço como um momento do processo produtivo, enquanto institui a cidade, não mais apenas como *locus* da realização das trocas materiais (dos negócios), mas como, ela própria, um “negócio”, em especial, quanto à localização dos espaços da/na cidade.

Carlos (2015) compreende que a produção do espaço urbano se configura como a reunião simultânea e justaposta de lugares públicos e privados, que, por sua vez, revela um centro e tem por conteúdo a centralidade. Sob o pensamento lefebvriano, a autora aponta que o centro (material e simbólico) é inerente a toda cidade, expressão de uma sociedade extremamente desigual, que marca a dialética intrínseca das centralidades, implicando uma hierarquia espacial (intra e/ou interurbana) desdobrada no plano da cidade na contradição centro-periferia, entre sua concentração e consequente dispersão, enquanto no plano da vida, a centralidade denota reunião/encontro no espaço público. Além disso, a estrutura territorial pela qual o processo de reprodução das classes sociais se verifica, as centralidades funcionarão de maneira diferenciada para as diferentes classes sociais “[...] já que estas consomem de maneira diversa os bens e serviços oferecidos pelos diferentes centros e sub-centros, seja na escala regional, seja na escala intra-urbana”, pondera Serpa (2007, p. 268).

Na esteira da atualização da literatura da sociologia urbana e concomitante ao entendimento das múltiplas centralidades, sejam funcionais ou econômicas, o estudo publicado por Nery, Souza e Adorno (2019), sobre a cidade de São Paulo, defende que a concepção das cidades a partir do binômio centro-periferia criou no imaginário social, e repercutiu nas explicações científicas, a configuração de cidades partidas entre bairros nobres e bairros degradados, bairros habitados por ricos e aqueles com elevada concentração de pobres, bairros com adequada infraestrutura urbana e bairros carentes de investimentos governamentais. Isto teria levado a uma divisão de classes, materializada na ocupação desigual do território urbano, transitando quase sem mediações, para a desigualdade de poder entre ricos e pobres, entre burgueses e operários.

Tomando por referência os padrões urbano demográficos apresentados na cidade de São Paulo, Nery, Souza e Adorno (2019), argumentam que as transformações sociais e

políticas ocorridas a partir do pós-guerra, no século XX, resultaram no avanço e conexões entre ciência, tecnologia e inovação ao tempo em que produziram extremas mutações na organização do cotidiano das cidades e em todos os níveis das organizações sociais como: mercado, organização do trabalho, relações entre classes sociais, infraestrutura urbana, usos e ocupações dos territórios, mobilidade, condições gerais de vida etc. A tese apresentada consiste no pensamento de que há uma heterogeneidade urbana na qual os bairros são criados de modo contíguo, estabelecendo ou não áreas de comunicação entre seus moradores, serviços e usos do território, salientando que muitos bairros se comunicam em raios perimétricos que transcendem os limites legais dos municípios. Daí a razão dos estudos que se referem as metrópoles urbanas ou ao processo de metropolização das cidades.

Contribuindo com o debate, Damiani (2004), à luz da “urbanização crítica”, chama atenção para o fato de que os territórios empobrecidos da metrópole estão presentes quer na periferia, quer nas áreas centrais deterioradas, nas quais o urbano periférico se revela sob uma lógica estratégica e íntima com as centralidades. Isso remete à necessidade do novo conceitual para as periferias, discutido por Ritter e Firkowski (2009), no qual, considerando que o interesse contemporâneo recai no teor de suas materialidades e na subjetividade das suas potencialidades, entendem que não basta a simples localização na região metropolitana para concepção de periferia, mas, sim, as territorialidades formadas e qualificação de suas espacialidades. É sob esse pensamento que a Cidade do Natal se apresenta.

#### **Natal: locus da observação empírica**

Natal, capital do Rio Grande do Norte, apresenta uma população de 803.739 habitantes (IBGE, 2010)<sup>3</sup>, perfazendo o 7º lugar no PIB da região Nordeste e o 42º lugar do país. No panorama socioeconômico, em matéria publicada pelo jornal Tribuna do Norte<sup>4</sup>, em 2011, consta que 10% da população natalense registra-se em favelas, invasões ou áreas irregulares, apontando para o que conhecemos como a dura realidade de muitas das periferias urbanas, embora não a única.

---

<sup>3</sup>Até a presente data, o IBGE ainda não divulgou os dados oficiais referentes ao censo demográfico de 2020.

<sup>4</sup>Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/censo-ibge-10-da-populacao-de-natal-morava-em-favelas-em-2010/206595>. Acesso em 10 ago. 2020.

A despeito do processo de metropolização em que se insere esta capital, a partir dos anos 1990, o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU), mensurado por Araújo e Cândido (2015), aponta que 90% dos bairros de Natal apresentam índices considerados como péssimos ou ruins no que tange a equipamentos urbanos e serviços. Já o Índice Sintético de Vulnerabilidade Social, segundo Barbosa, Gonçalves e Santana (2019), destaca que as regiões ou localidades mais vulneráveis ou de baixa qualidade urbana sobrepõe-se aquelas onde se localizam a população assalariada de baixos salários. A espacialização desses índices sinaliza, ainda, para o aumento da deficiência ou vulnerabilidade consoante o perímetro de afastamento do centro da cidade ou de suas centralidades.

É interessante perceber que os índices mencionados vêm a consubstanciar a leitura já realizada da configuração do território natalense, consoante à expressão morfológica da ocupação do solo pelas camadas sociais, sob padrões de distribuição da população, segundo faixas de renda, densidade demográfica e acessibilidade topológica. Nela, revelou-se uma delimitação no espaço que assume uma configuração material denominada “a forma do privilégio” (CARMO JÚNIOR, 2014), sendo esta, então, o princípio organizador do espaço intraurbano de Natal, em que pese a exclusão social que a caracteriza. A perspectiva da “forma do privilégio” ganha relevo quando comparada à pesquisa realizada por Clementino e Pessoa em 2009, na qual é esboçado um quadro socioeconômico dos bairros de Natal, onde se abstrai a homogeneidade na heterogeneidade da localização de sua população, apontando para a hierarquização do espaço urbano, sob uma divisão econômica e social com agrupamentos bem definidos de ocupação territorial.

Esses agrupamentos de ocupação territorial dão margem às evidências de uma mancha urbana mais “homogênea” socioeconomicamente, apresentando de médio a altos rendimentos salariais, que é acompanhada (sem surpresa) pela direção espacial da verticalização em Natal, indicada em Costa (2000). Essa mancha urbana, entendida sob a ordem e convenção urbana (ABRAMO, 2007), se assenta num território delimitado por uma boa infraestrutura urbana e concentração de oferta de bens e serviços públicos e privados importantes e especializados, provenientes da orientação da expansão físico-territorial da cidade de 1940 a 1970, percorrida por Clementino (1990), cujo entendimento é de que, em grande parte, foi influenciada por:

[...] procedimentos especulativos do capital imobiliário ao aproveitar e especular em cima da infra-estrutura que “gratuitamente” resultara da

mobilização militar durante a 2ª Guerra Mundial. Este fato impulsiona a valorização da terra nas áreas beneficiadas ou influenciadas por este embrião do sistema viário, que tem, a partir daí, mais condições ou menor desembolso ao ser ampliado ou melhorado (CLEMENTINO, 1990, p. 187).

Explica Clementino (1990), que o “embrião do sistema viário” de Natal surge com dois eixos viários de intenso movimento de tráfego, por ocasião da II Guerra Mundial, um ligado a Base Naval, à norte, nas proximidades do Rio Potengi, pouco definido, via Avenida Alexandrino de Alencar, abrangendo os bairros de Alecrim, Dix-Sept Rosado e Quintas. O outro, a oeste, para acesso à Base Aérea, pela expansão da rodovia Natal-Parnamirim, identificado como “eixo da pista”. É neste, em especial, que dispensamos atenção quando tratamos da multi(poli)centralidade em Natal, em virtude da diferenciação espacial que lhe foi empregada, devotando-lhe uma valorização excepcional do/no ambiente construído.

Contíguo ao bairro Petrópolis, projetado em 1904 como “Cidade Nova”, de ocupação da população mais abastada e influente (oligarquias) da cidade, o “eixo da pista” avança sobre os loteamentos de Tirol e Lagoa Nova, nas Avenidas Hermes da Fonseca e Salgado Filho, até então áreas periféricas da cidade. Naquela ocasião, Natal contava com 3 centralidades: a **Cidade Alta**, *locus* de seu núcleo urbano e centro da *Cidade do Natal*<sup>5</sup>, onde, em seus limites, à leste, encontra-se a **Ribeira**, como lugar do comércio, acentuado, sobretudo, com o desenvolvimento das atividades portuárias que levou aquele bairro, inclusive, a uma centralidade cultural; e em direção ao oeste, emerge o **Alecrim** que se desdobrou em uma centralidade de comércio popular, o que sinaliza para uma multicentralidade nesta cidade desde sua gênese, como discute Araújo (2017).

A tese de Araújo (2017), na qual se enfoca a natureza multicêntrica de Natal, indica as diferenças tipológicas e de padrões (hierárquico?) entre as centralidades, embora ressalte que elas não rivalizam entre si, antes se complementam. Nela, o Alecrim, bairro tradicional da cidade, é concebido como uma “centralidade periférica”<sup>6</sup>, em função da análise da classe de renda preponderante que a procura. Já Petrópolis, bairro nobre, é

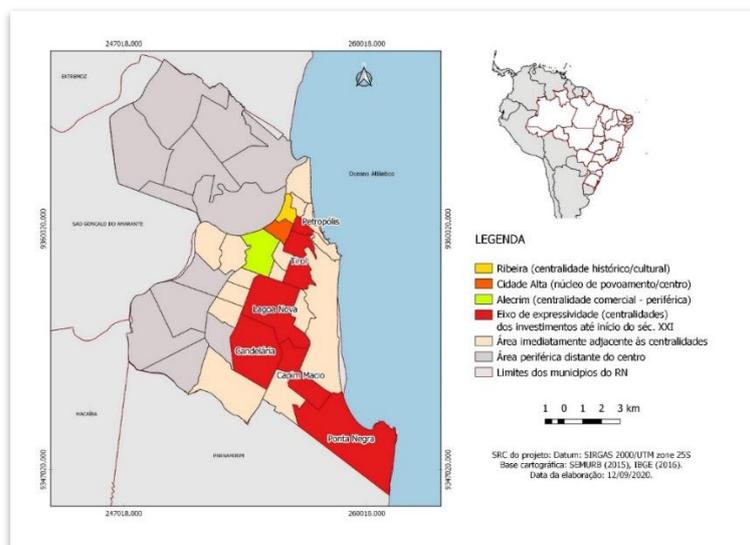
<sup>5</sup> Nome oficial de Natal.

<sup>6</sup> A expressão “centralidade periférica”, salvo definição expressa por citação direta ou indireta, como esta, de modo geral, neste artigo é utilizada, não em alusão a uma “forma espacial”, visto que, de fato, não é. Mas, para suprir, neste momento, uma lacuna nominal a um fenômeno que observamos como uma “centralidade” que não se implementa para além da área que a circunscreve, ou seja, uma centralidade que exerce uma função periférica na totalidade da cidade.

sinalizada como uma centralidade com a qual veio a se configurar, posteriormente, tanto pelo seu papel histórico na expansão urbana de Natal, quanto pela oferta de serviços de saúde pública e privadas que ali se concentram, nos remetendo novamente ao percurso da orientação da expansão físico-territorial de que fala Clementino (1990), de maior valorização e valorização do solo natalense.

É assim que entendemos que a orientação da expansão físico-territorial de Natal acabou por consubstanciar outras centralidades, as quais reforçaram tal expansão ao se estenderem ao longo das avenidas mencionadas que ligam a Região Administrativa Leste (Zona Leste) à Região Administrativa Sul (Zona Sul), consideravelmente, a partir da década de 1980 com a expansão do varejo moderno (lojas de departamentos e *shoppings*) e atividades terciárias promovidas, sobretudo, a partir do Projeto Parque das Dunas-Via Costeira, relacionadas por Araújo (2017). Nesse contexto, a referida autora nos ajuda a compreender o que percebemos como uma descentralização (em relação às centralidades históricas aqui já mencionadas) centralizadora na mancha urbana de que falamos anteriormente.

As novas centralidades comercial e de serviços de Natal, discutidas por Araújo (2017), se dispõem nos bairros de Lagoa Nova, Capim Macio, Ponta Negra e Candelária, ao longo do que denominou de “Eixos Dinamizadores do Terciário” (EDT), numa alusão ao “eixo da pista” (CLEMENTINO, 1990), conformadas agora pela junção da Avenida Engº Roberto Freire ao percurso iniciado pelas Avenidas Hermes da Fonseca e Salgado Filho. De modo que esse EDT assume a forma de um “corredor” de investimentos dos capitais imobiliários de médio a alto padrão (consoante seu momento histórico), comércio e serviços especializados que convergem para o que entendemos como uma descentralização-centralizadora das centralidades de Natal, na mancha urbana que traduz os seus principais investimentos dos diversos capitais e setor público, sendo, portanto, seu eixo de expressividade dos investimentos até o início do século XXI (Figura 1).

**Figura 1.** Eixo de expressividade dos investimentos em Natal (RN)-BR

**Fonte:** As autoras (2020)

Nota: Com base em Clementino (1990), Costa (2000) e Araújo (2017).

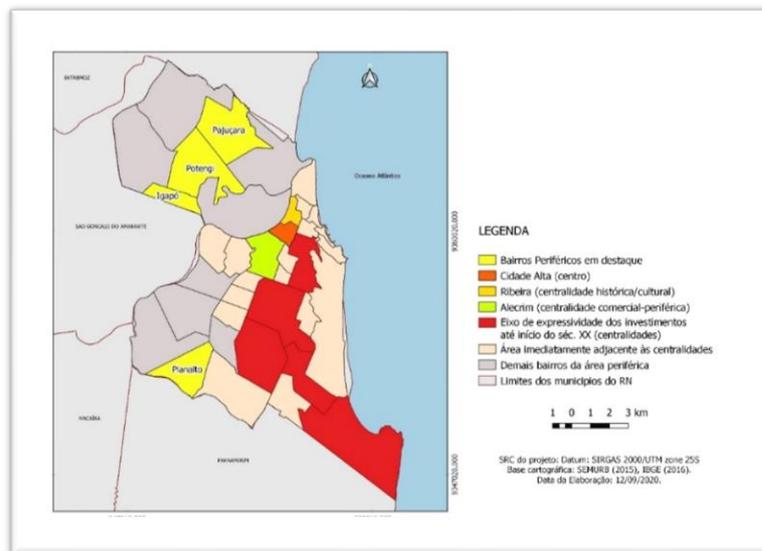
Na extensão desse corredor, EDT, (figura 1), que consideramos como o eixo de expressividade dos investimentos públicos e privados de Natal, Lima (2017), sintetiza a distinção entre as Zonas Administrativas Leste (*lôcus* do núcleo urbano de Natal) e Sul (sentido para qual se deu a expansão do núcleo urbano de Natal), das Zonas Administrativas Oeste e Norte, as quais:

[...] apresentam uma suboferta estrutural em relação aos recursos e aos serviços urbanos e concentram a população de baixa renda, que tende a se estabelecer em locais cada vez mais distantes. Em síntese, é perceptível diferenciações das ações urbanísticas tanto públicas quanto privadas em cada Zona, em relação aos investimentos em infraestrutura e meios de consumo coletivo no espaço urbano, que por sua vez constituem fatores determinantes para o preço da terra e da unidade habitacional comercializada e, por conseguinte, do direcionamento do público-alvo da moradia (LIMA, 2017, p. 5).

É fato, que a realidade material local de Natal, no que tange à Zona Oeste e, sobretudo, à Zona Norte, tem sofrido alterações significativas e importantes no panorama econômico e de infraestrutura nas suas localidades. Destacadamente, nos reportamos aos bairros dessas regiões que vem apresentando uma dinâmica importante junto ao capital imobiliário e/ou comercial e de serviços nas duas primeiras décadas deste século XXI,

quais sejam, os bairros de Igapó, Potengi e Pajuçara, na Zona Norte, e o bairro Planalto, na Zona Oeste (Figura 2).

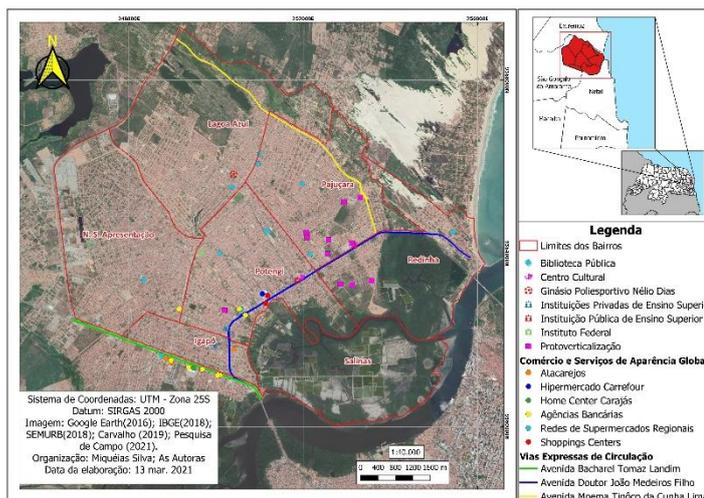
**Figura 2.** Localização dos bairros: Igapó, Potengi, Pajuçara e Planalto em Natal



**Fonte:** As autoras (2020)

Os 3 bairros que conformam a Região Administrativa Norte (Figura 2), Igapó, Potengi e Pajuçara, a partir dos anos 2000, vem registrando, notadamente, na morfologia de sua paisagem, transformações espaciais advindas de empreendimentos alocados às margens das “vias expressas de circulação”, termo utilizado por Gomes (2009), quais sejam, Av. Bacharel Tomaz Landim, Av. Dr. João Medeiros Filho e, mais recentemente, Av. Moema Tinôco da Cunha Lima. À infraestrutura de comércio e serviço de “aparência global” (CARVALHO, 2014), que traz transformações estruturais e que vem se instalando às margens das duas primeiras vias expressas de circulação na Zona Norte de Natal, ou EDT, como apresenta Araújo (2017), se somam aos empreendimentos visibilizados na protoverticalização discutida por Carvalho (2019), que ora se estende à Av. Moema Tinôco da Cunha Lima, como podemos observar na figura 3.

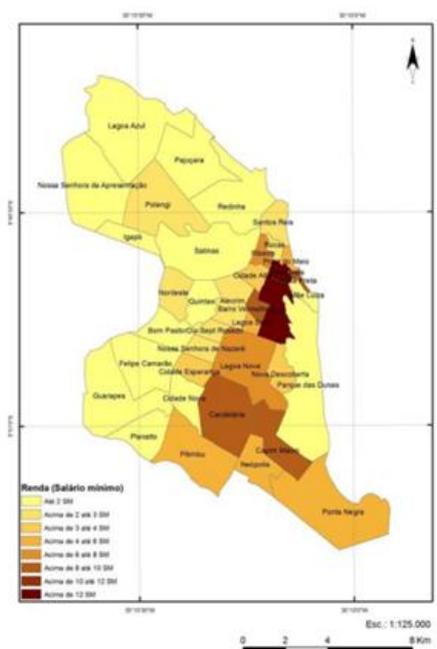
**Figura 3.** Transformações recentes na Zona Norte: bairros Igapó, Potengi e Pajuçara



Fonte: As autoras(2021)

Fora, portanto, do eixo de expressividade dos investimentos “globais” em Natal, os bairros Igapó, Potengi e Pajuçara, constantes na figura 3, sinalizam para conformação, nas imediações dos EDTs, de uma (realmente) nova centralidade na cidade, haja vista que a centralidade emergente em seu espaço foge ao caráter de “extensão do centro” que sentimos presente na descentralização centralizadora das centralidades atinentes a mancha urbana vermelha (observadas nas figuras 1 e 2), efetivando-se em territórios de baixa renda familiar em Natal, representados nas cores mais escuras, quanto mais alta a renda for; e nas cores mais claras, quanto menor for a renda, conforme a figura 4.

Figura 4. Renda média por bairro em Natal-RN (2010)



**Fonte:** Carmo Júnior (2014, p.170)

Ainda que periférica, por não convergir demanda aquém da própria margem esquerda do rio Potengi que lhe delimita, a centralidade<sup>7</sup> emergente na Zona Norte, via os bairros mencionados, faz jus ao que escreve González e Meléndez (2016), quando fala das novas periferias residenciais metropolitanas, afirmando que elas reproduzem a dinâmica dos intensos processos de reestruturação espacial que confluem novos processos de urbanização pós-industrial, os quais produzem movimentos centrífugos desde as cidades e regiões centrais em direção a periferia.

Partindo do princípio de que “[...] O desenho e ordenamento das fachadas por parte dos arquitetos contribuem a animar a rua e a criar o espaço urbano” (LEFEBVRE, 2013, p. 350. Tradução nossa), concomitantemente à Zona Norte, na Zona Oeste, os olhos se voltam ao emergente bairro Planalto. Não obstante este não ter recebido grandes obras públicas, tampouco “comércio/serviço de aparência global”, tais como os bairros Igapó e Potengi, na Zona Norte, a morfologia da paisagem do espaço urbano no bairro Planalto também foi significativa e preponderantemente alterada, no período de 2000 a 2020, implicando-lhe maior legibilidade (positiva) na cidade. Isto se deu em função da implantação dos condomínios fechados de imóveis residenciais (casas e apartamentos) e a qualidade empreendida ao ambiente construído, via construções regularizadas, legalizadas, sob recursos de engenharia e arquitetura que mimetizam (simulam) empreendimentos das incorporações imobiliárias para famílias mais abastadas em bairros nobres de Natal.

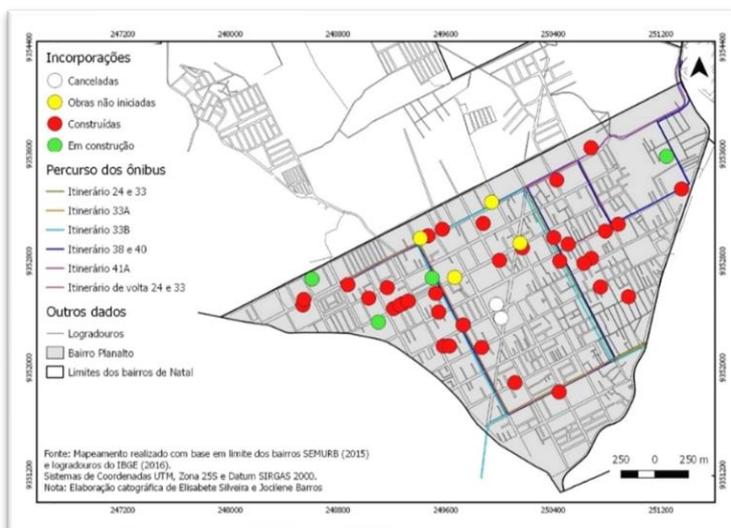
Guilherme (2018), entre os anos 2005 e 2017, analisa que o bairro Planalto ganhou expressividade, na região oeste na qual se insere, não apenas por apresentar um crescimento populacional exorbitante, que saltou de 14.314 habitantes em 2000 para 31.206 habitantes em 2010, mas por registrar 44 incorporações imobiliárias, representando 13% dos registros de incorporação imobiliária da circunscrição que abrange 10 bairros desta

---

<sup>7</sup> Ainda não temos dados censitários ou mesmo de campo que aponte à expulsão dos pobres, nesta área. Antes, à priori, pesquisa *desk research* sinaliza a instalação dos empreendimentos residenciais ou comerciais, que conformam a centralidade referida, em terrenos de vazios urbanos ali existentes, ao tempo que sugere o reforço de uma diferenciação espacial com aprofundamento de desigualdades *dos mais pobres entre os empobrecidos* [\*], com ênfase no aumento do preço do solo nos bairros em estudo. [VOLOCHKO, Danilo. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole**. 2011. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011].

cidade, entre a Zona Oeste e a Zona Sul, concernente ao 7º Ofício de Notas de Natal (Figura 5).

**Figura 5.** Incorporações Imobiliárias no bairro Planalto



**Fonte:** Guilherme (2018, p.176)

Alie-se a figura 5 o quantitativo dos segmentos econômicos referente ao bairro Planalto, apresentados em 2017, tabela 1. Considerando que no bairro Planalto, no final da década de 1990, não havia segmentos econômicos representativos em seu espaço, os dados apresentados na figura 5 e tabela 1, associados às transformações da paisagem local, bem como as referências aos bairros da Zona Norte, retomados, nos faz inseri-los no *processo de capitalização das periferias* denominado por Guilherme (2018) e refletir sobre a relação centro-periferia em suas alterações, coexistências e permanências.

**Tabela 1.** Segmento de atividades no Bairro Planalto em 2017

Tipo	Quantidade
Comércio atacadista	2
Comércio varejista	333
Indústria	15
MEI - sem ISS	700
Prestação de serviços	1292
Prest. de serv. - sem ISS	58
<b>Total</b>	<b>2400</b>

**Fonte:** Guilherme (2018, p. 158)

É importante frisar que a complexidade expressa no espaço está intrinsecamente ligada aos processos sociais que nele ocorrem. Assim entendendo, destacamos o pensamento de Corrêa

(1989), quando afirma que os processos sociais possuem extrema relevância na produção e organização dos espaços, sendo os responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista. São, portanto, “[...] forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social, o processo, se efetiva espacialmente, refazendo a espacialidade da sociedade” (CORRÊA, 1989, p. 36).

Em última instância, precisamos dizer que a lógica centro-periferia, *vis a vis*, atende aos interesses da classe dominante para reprodução do seu capital, em suas várias frações, incluído o simbólico. A seletividade do espaço para determinados investimentos e/ou determinada classe social, implica na exclusão de outro. Como resultante, novos espaços são criados, novas centralidades instituídas e espaços periféricos constituídos ou consolidados, ainda que dissimuladamente, sob aspectos que lhes “aburguesam” o lugar, entre outras lógicas, por uma questão de distinção, que, no mundo dos negócios, se reverte em acúmulo de riqueza, dinheiro, capital.

### Conclusão

Sem a pretensão de fechar o debate, posto que nem poderíamos, ressaltamos que em Natal/RN, nos últimos vinte anos, a constituição de várias centralidades ganha maior dinamicidade com a intensificação do processo de financeirização da habitação popular e da implantação de comércios varejistas ou serviços, de médio a grande porte, fora do eixo central de expressividade dos investimentos do capital imobiliário e comercial desta cidade, produzindo mudanças significativas em determinados espaços periféricos e seu entorno, instigando a emergência do processo de capitalização de periferias.

É preciso dizer que o processo de capitalização das periferias populares, ao fomentar a formação de subcentros ou centros periféricos, nos parece convergir para uma marcha desfavorável ao *mixité sociale* quando reforça o consumo do espaço entre os iguais na “sua localidade”. Embora isto possa ter significância positiva no sentido do encurtamento das distâncias, da otimização da mobilidade urbana e eficiência das cidades na racionalidade do uso do espaço, reflexões positivas e negativas quanto à importância das heterogeneidades sociais convivendo num mesmo espaço são debatidas dentro e fora da academia.

Contudo, e, no entanto, a segregação socioespacial velada, presente nas centralidades periféricas, articulada pelos interesses da resolução da reprodução do capital,

também pode servir, à desmobilização e despolitização das classes sociais em seus estratos. Isto se dá, na medida em que formas espaciais, sendo uma via dupla de “representação dos espaços e espaços de representação”, postos da discussão lefebvriana, podem alimentar a falsa impressão de homogeneidade do espaço com a ideia de deferência social e prestígio que lhes remetem objetos de aparência global como os *shopping center's*, grandes redes de supermercado, condomínios residenciais fechados etc.

Pautando-nos sob a ótica da articulação existente entre o processo de configuração da cidade e a lógica de reprodução capitalista que orienta e normatiza esse processo, não obstante as novas configurações urbanas, mediante as centralidades que possa apresentar, à pergunta “onde ficam as periferias?”, diríamos, “lá!”, onde ficam os pobres. Com a relação própria do binômio centro-periferia, à despeito da geometria espacial, dos padrões e tipologias de centros e periferias nas metrópoles e cidades médias brasileiras. A inescusável menção à emergência de “centralidades periféricas”, para nós, já denota a relação centro-periferia que lhe incute o adjetivo diferencial sob outro hegemônico, apontando para presença forte, inequívoca, ainda que dissimulada, da relação centro-periferia ante às novas centralidades urbanas, observando o pensamento de que é o movimento dialético que desenvolve a lógica dos centros, definindo a sua centralidade (mental e social) pela reunião do encontro do que coexiste num espaço.

### Referências

ABRAMO, Pedro. **A cidade caleidoscópica**: coordenação espacial e convenção urbana: uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ARAÚJO, Josélia Carvalho de. **A natureza da centralidade urbana em Natal**. 255f. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

ARAÚJO, Leila de Oliveira Lima. **Geografia da periferia urbana**: lugar de múltiplas representações no entorno do trecho rodoviário Niterói-Manilha, BR 101. 237fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2014

ARAÚJO, M.C.C; CÂNDIDO, G.A. Índices de qualidade de vida urbana de Natal-RN. **Geoconexões**, Ano 1, Vol. 1, 2015. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/2836>. Acesso em 5 maio 2020.

BARBOSA, Isabelle Ribeiro; GONÇALVES, Ruana Clara Bezerra; SANTANA, Reginaldo Lopes. Mapa da vulnerabilidade social do município de Natal-RN em nível de setor censitário. **Journal Of Human Growth And Development**, [S.L.], v. 29, n. 1, p. 48-56, 6 maio 2019. NEPAS. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.157749>.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. Prefácio de Francisco de Oliveira. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 117- 154.

BURGOS, Rosalina. Transformações recentes das periferias urbanas da metrópole de São Paulo: contribuição para (re)definições teórico-conceituais. **Revista Geográfica de América Central: XIII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**. Vol. 2 Núm. 47E, 2011. (Versión Electrónica). Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/1953>. Acesso em 10 de ago. 2020.

CARLOS, Ana Fani. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; AVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 43-63.

CARVALHO, Élica Thalita Silva de. **Protoverticalização: os novos produtos imobiliários na Região Administrativa Norte de Natal-RN**. 2019. 193f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Complexidade de uma urbanização periférica**. 309 Fls. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas: mimeog., 1990.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; PESSOA, Zoraide Souza. Tipologia socioespacial numa metrópole em formação: a RMNatal. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (Orgs.). **Natal: uma metrópole em formação**. Natal: EDUC; PUC-SP, 2009, p. 73-113.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A periferia**. Florianópolis (SC): Geosul, v. 1, n. 2 (1986). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12551/11859>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Dinâmica territorial no espaço metropolitana de Natal. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; PESSOA, Zoraide Souza (Orgs.). **Natal: uma metrópole em formação**. Natal: EDUC; PUC-SP, 2009, p. 49-71.

GONZÁLEZ, María de Lourdes García; MELÉNDEZ, Fermín Carreño. Las nuevas periferias en el proceso de expansión urbana de la zona metropolitana de toluca: el caso san

antonio la isla. In: ENCUESTRO NACIONAL SOBRE DESARROLLO REGIONAL EN MÉXICO, 21º, 2016, Mérida, Yucatán. **Anais** [...]. Mérida, Yucatán: AMECIDER – ITM, 2016, del 15 al 18 de noviembre de 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/78393182.pdf>. Acesso em 28 ago. 2020.

GUILHERME, Elisabete Ferreira da Silveira. **Produção do espaço urbano no bairro Planalto - Natal (RN): atuação do capital incorporador - 2005-2017**. 259f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Geografia. Natal, RN, 2018.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. 1 ed. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico e contagem da população**. 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1378&z=cd&o=7&i=P>. Acesso em: 04 maio 2016.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 3 reimp. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2008 [1970].

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013 [1974].

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2006 [1968].

LIMA, Huda Andrade Silva de. **Incorporando a metrópole funcional: a produção imobiliária empresarial em Natal e nas cidades do entorno, período de 2011 a 2016**. 265f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NERY, Marcelo Batista; SOUZA, Altay Alves Lino de; ADORNO, Sergio. Os padrões urbano-demográficos da capital paulista. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 33, n. 97, p. 5-36, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v33n97/0103-4014-ea-33-97-5.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020

RITTER, Carlos; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de F. Novo conceitual para as periferias urbanas. In: **Revista Geografar**, Número Especial, p. 22-25, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/14334/9644>. Acesso em: 5 de jul. 2020.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SERPA, Ângelo. Notícias e encontros: a cidade e o urbano: discutindo o conceito de “centralidades lúdicas”. In: **Espaço & Geografia**, vol.10, n. 1 (2007), 265:278 ISSN: 1516-9375.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, habitação de mercado**: a confluência entre Estado, empresa construtora e capital financeiro. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e área de concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SILVA, Alexsandro F. C. da; BENTES SOBRINHA, Maria Dulce P.; FERREIRA, Glenda, D. F. Organização social do território e as formas de provisão de moradia. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento M.; FERREIRA, Ângela Lúcia (Editoras). **Natal: Transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 262-291. (Metropóles: território, coesão social e governança democrática. Observatório das metrópoles).

SOTO, William Héctor Gómez. **A cidade, o subúrbio e a periferia**. 2008. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2008/textos/71.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. Centros e centralidades no Brasil. In: FERNANDES, José Alberto V. Rio; SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão (Orgs). **A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras**. Porto (PT): CEGOT, 2012, p. 45-59.